



III Encontro de Economia Universidade Estadual de Ponta Grossa

Jordana Rodrigues Ipolito, Universidade Estadual de Ponta Grossa, jordanar.i@hotmail.com

Área de submissão: Crescimento, Desenvolvimento Econômico

Classificação JEL: J0

Condição de pobreza da mulher e sua inserção no mercado de trabalho

Resumo: Nos últimos anos, a participação das mulheres em todos os setores da economia vem aumentando, entretanto, ainda é possível notar diferenças entre gênero e raça. Partindo de um enfoque histórico que discute a relação entre gênero e mercado de trabalho e utilizando os dados das pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNAD), este artigo analisa a evolução, entre 2001 e 2014, do mercado de trabalho das mulheres inseridas na condição de pobreza. Os resultados encontrados inferem que a maioria das mulheres pobres estão inseridas no mercado informal, sendo intensificado no caso das mulheres negras das regiões Norte e Nordeste.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; gênero; pobreza.

Abstract: In recent years, the participation of women in all sectors of the economy is increasing, however, it is still possible to be noticed between gender and race. Parentality of a historical approach that discusses the relationship between gender and the labor market and uses the data of the users by sample of households (PNAD), this article analyzes the evolution, between 2001 and 2014, of the labor market of women of poverty. The results were lower than a majority of the poor women are inserted in the market, being intensified in the case of the black women of the North and Northeast regions.

Keywords: Labor market; genre; poverty.

II. INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1960, diferentes trabalhos começaram a analisar a condição de pobreza do Brasil, abordando-a num contexto de insuficiência de renda. Contudo, a maioria dos trabalhos destinados a essa análise centraram seus estudos num enfoque apenas assexuado da pobreza.

Com o avanço da industrialização, da urbanização, junto com a queda da taxa de fecundidade, elevaram as possibilidades das mulheres se inserirem no mercado de trabalho. No entanto, ao mesmo tempo em que a mulher mudou sua posição na sociedade, intensificou também a interdependência da

sua vida profissional com a familiar, não rompendo com a divisão sexual do trabalho (no âmbito doméstico), não havendo uma ruptura total na estrutura patriarcal das famílias. Isso de alguma maneira, fortaleceu as desigualdades por ela sofrida, especialmente no que concerne ao mercado de trabalho (SCHETTINO, 2014).

Destarte, a atuação numa gama maior de atividades não remuneradas, informais, em segmentos menos organizados, atrelado a sua dedicação às atividades do lar, são alguns dos fatores que condicionam a persistência de rendimentos inferiores para as mulheres, intensificando a inserção feminina na condição de pobreza, ativando efetivamente a problemática entre gênero e pobreza. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995 infere que, dentre as pessoas que estavam na condição de pobreza, 70% eram mulheres (PNUD, 1995).

Neste contexto que se justifica este trabalho, com o intuito de analisar a inserção no mercado de trabalho das mulheres que estão inseridas na condição de pobreza em 2001 e 2014. Para isso, tem-se como objetivos específicos: elaborar um quadro teórico sobre a mulher e o mercado de trabalho; mensurar o percentual de mulheres inseridas na condição de pobreza que estavam no mercado de trabalho formal e informal, segundo raça, escolaridade e região, contrapondo com os resultados dos homens e; analisar as alterações da inserção no mercado de trabalho das mulheres e dos homens na condição de pobreza, entre 2001 e 2014.

Para isso, este trabalho está dividido em cinco seções, incluindo esta, na segunda tem-se a literatura que aborda sobre o mercado de trabalho e gênero. Na sequência tem-se a metodologia, seguida da análise do percentual de mulheres em condição de pobreza inseridas no mercado de trabalho entre 2001 e 2014. Por fim, tem-se as considerações finais.

III. Revisão de Literatura

Os chamados “estudos dos gêneros” foi inicialmente uma resposta ao forte movimento feminista da década de 1970, fortalecendo-se a partir dos anos 1980 quando a questão do gênero passou a ter maior importância.

Para Aguiar (1997), no início houve algumas dificuldades em assimilar a problematização do gênero. Dentre as quais se destaca o fato da comunidade antropológica observar as diferenças de gênero e trata-las simplesmente como informações que orientam outras temáticas (como, por exemplo, parentesco, casamento, religião, movimentos sociais, relações étnico-raciais, dentre outros), não utilizando tais questões para pesquisa e reflexão.

Segundo Piscitelli (1998), o parentesco é um elemento que estabelece uma posição contrária, intensificando assim as diferenças biológicas entre sexos. O fato então de tratar as dificuldades de

gênero como apenas dados, cria uma grande barreira, limitando a indagação sobre a ideologia de que o desempenho social de mulheres e homens é natural.

Scott (1990) procura transformar o gênero em uma categoria de análise social útil não apenas para os estudos feministas, mas como categoria de análise aplicável a todas as sociedades. E assim, define gênero como a base das relações sociais das quais possuem fundamentos sobre diferenças entre sexos, sendo o gênero a primeira forma de dar significado às relações de poder.

Ao estudar a questão de gênero, pode-se analisar as relações entre homens e mulheres, observando que as diferenças existentes são históricas e culturais, frequentemente passadas de geração para geração. Esta desigualdade pode ser encontrada desde a Antiguidade, quando Aristóteles afirmava que a submissão seria um fator natural do gênero humano, e portanto, a mulher deveria ser submissa ao homem para não alterar o curso da natureza.

Ainda nos dias de hoje está embutido no subconsciente das sociedades a supremacia da figura do homem, em que o mesmo é considerado um ser superior à mulher, especialmente pelas crenças religiosas que defendem o patriarcalismo e a hierarquização.

A historiadora Rowbotham (1998) defende a necessidade de entender os indivíduos levando em conta o seu contexto histórico e as relações existentes entre os mesmos. Entretanto, apesar do conceito de gênero trazer à tona as relações entre os homens e mulheres, em alguns momentos pode tender a dificultar a observação dos aspectos da subordinação da mulher afetados por outros fatores sociais.

Segundo estudos de Pinheiro et al (2009), houve um aumento no número de lares chefiados por mulheres ao longo do tempo, entretanto, tal fenômeno está sendo acompanhado por um “desempoderamento” das mulheres, em um contexto de precarização tanto da vida, como do trabalho feminino. Santos (2008) aponta que famílias monoparentais possuem vulnerabilidade social diante ao sistema.

Silva (2007) destaca que ser mulher chefe de família não pode ser considerada uma *proxy* da pobreza feminina, mas um fator de maior vulnerabilidade, pois é notável nas desigualdades de gênero, uma vez que essa chefia contribui para a caracterização de uma pobreza diferenciada de homens e mulheres.

No segmento da educação, a discriminação tanto por gênero como racial é encontrada dispersa em várias áreas da vida social. Apesar de estatisticamente o maior nível de escolaridade ser de mulheres brancas, isso não reflete igualmente no mercado de trabalho.

Com efeito, Quadros (2004) conclui que as mulheres necessitam sempre de uma maior escolaridade que os homens para entrar no mercado de trabalho, porém ganhando rendimentos

menores. Carneiro (2003) aponta que as mulheres precisam em média de 5 anos de escolaridade a mais que os homens para obter a mesma probabilidade de inserção em um emprego formal.

Essa discriminação resulta em uma reprodução de estereótipos associado a convenções sociais, que por sua vez aumentam a segregação sexual e racial no mercado de trabalho e nas ocupações sociais. Em relação ao acesso a benefícios previdenciários, o mesmo está intensamente ligado ao trabalho.

A partir de informações apresentadas na PNAD sobre beneficiários da Assistência, Pinheiro et al (2009) concluem que a maior parte desses lares que recebem benefícios, são chefiados por negros, os quais em sua maioria estão nas posições mais precárias do mercado de trabalho, e isso é intensificado no caso das mulheres negras. Então uma vez que há uma grande desigualdade no mercado de trabalho, ocorre uma interferência na previdência social.

No âmbito político, apesar de avanços no Brasil e em outros países, o cenário apresenta pouca presença feminina, havendo carência de algumas políticas públicas que possibilitem uma melhora nas desigualdades, não apenas entre homens e mulheres, mas também nas questões raciais que necessitam ainda de várias melhorias.

Ao falar de gênero é importante que se leve em conta também questões de etnias, raças e classes sociais. Há casos ainda mais drásticos entre mulheres brancas e negras, pois estas últimas sofrem um preconceito ainda maior e discriminação em todos os setores.

Rifkin (1995) defende que a civilização, desde seus primórdios, tem se estruturado principalmente em função do conceito de trabalho, que sempre fez parte da existência diária da sociedade; entretanto, atualmente com os avanços tecnológicos, a força braçal está sendo substituída no processo de produção. O resultado são transformações no modo de vida do homem, intensificando a economia global para Terceira Revolução Industrial¹.

Para Chiavenato (2004), o objeto do mercado de trabalho consiste nas ofertas de trabalho ou de emprego, oferecidas pelas organizações, em determinado lugar e em determinada época. Abrange assim, a disponibilidade e a demanda de empregos.

Segundo Hoffmann e Leone (2004), foi partir de 1970, com a expansão da economia devido ao acelerado processo de industrialização e urbanização, que se elevou a participação das mulheres na atividade econômica. Bruschini e Lombardi (2003) apontam que essa tendência se deve também às mudanças demográficas, sociais e culturais, fatores que modificaram o perfil das famílias. Até

¹ Terceira Revolução Industrial refere-se ao processo de inovação no campo da informática e suas aplicações na área da produção e do consumo, responsável pela integração entre a ciência, tecnologia e produção.

então o homem era considerado chefe e sustentador do lar, cabendo a mulher apenas as tarefas domésticas.

Entretanto, a inserção ocupacional das mulheres foi marcada por continuidades e não por grandes mudanças (BRUSCHINI,1998). Isso pode ser explicado pelo fato da expansão feminina no mercado de trabalho ser acompanhada de uma discriminação, não apenas na qualidade das ocupações, mas principalmente na diferença salarial entre homens e mulheres.

Em análises de Ometto et al. (1998), baseadas em dados da PNAD de 1990, as mulheres apresentavam um rendimento médio de apenas 57% do masculino e, em 1995, passou para 41%, tendo, ainda que pequena, uma melhora do diferencial. A discriminação do ponto de vista econômico acontece quando não é realizado de forma correta os benefícios e custos produtivos de cada indivíduo, mas a partir de prejulgamentos que induzem a discriminação, podendo ela ser racial, de gênero e entre outras.

A questão de desigualdade entre homens e mulheres pode ser dividida entre a discriminação salarial, que acontece quando mulheres igualmente qualificadas recebem salários menores, ou então por conta da segregação ocupacional, ou seja, a forma como os homens e as mulheres estão distribuídas por setores nas atividades. A diferença encontrada na estrutura ocupacional entre os gêneros, implica que as mulheres estão segregadas a ocupar cargos de menores remunerações.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012, aponta que a diferença de tempo entre homens e mulheres utilizado em atividades domésticas, diferenças de dotações humanas e físicas, e a questão cultural referente a falhas no mercado de trabalho, são os três causadores da segregação ocupacional. Abramo (2006) aponta que a proporção de ocupações informais e precárias sobre o total de empregos é de 61% para as mulheres e 54% para os homens, evidenciando as diferenças entre gêneros.

Através de uma pesquisa realizada pelo IBGE (2012), Ferreira. et al (2013) verificou que em 2011 o rendimento médio real para os homens foi de R\$ 1.857,63 e de R\$ 1.343,81 para as mulheres. Ainda no mesmo estudo foi constatado que o rendimento médio real do trabalho das mulheres foi equivalente a 72,3% da média dos homens.

Barros et al. (2001) expõem que a distribuição de renda teria uma melhora a partir do momento em que estrutura ocupacional dos homens fosse imposta à das mulheres. Acrescentam ainda que incapacidade de geração de renda das mulheres é decorrente da discriminação salarial, uma vez que a segregação ocupacional tem maior impacto sobre a desigualdade distributiva.

Apesar dos contrastes entre gêneros, o trabalho feminino tem importância significativa para renda da família, pois aumenta os rendimentos e reduz a desigualdade de renda domiciliar, com uma

consequência sobre a diminuição da pobreza. Hoffmann e Leone (2004) defendem que o efeito da participação feminina no mercado de trabalho para aumentar ou reduzir os rendimentos domiciliares depende do grau de relacionamento entre os rendimentos das mulheres e as outras fontes de renda dos domicílios, como o trabalho dos homens, as aposentadorias e pensões, aluguéis e entre outros rendimentos.

IV. Metodologia

A base de dados utilizada nesta pesquisa foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), para todos os estados brasileiros, entre o período de 2001 e 2014. Foram utilizados apenas os dados de “pessoas”, selecionando os homens e mulheres economicamente ativos, da zona urbana, e em seguida os que estão na condição de pobreza. Para esse último, o parâmetro foi até meio salário mínimo *per capita*, conforme classificação feita pelas instituições brasileiras como IBGE e IPEA (2010a).

Diferentemente de 2014 que possui a variável “faixa de renda” referente a renda *per capita*, em 2001 foram utilizadas as variáveis “número de componentes da família” e “valor do rendimento mensal”. Para tornar equivalente o valor de rendimento mensal, foi dividido pelo número de componentes da família, resultando na renda *per capita*. Ademais, houve uma mudança da variável “estado civil”, por conta da falta da mesma em 2001, sendo assim foi substituída pela variável “tipo de família”.

Foram criadas *dummies* para o trabalho formal e informal, visando separar a amostra a ser analisada. O mesmo foi feito para as regiões, agrupando os estados regionalmente. Análises utilizando a estatística descritiva² foram feitas acerca da inserção no mercado de trabalho formal e informal, referente às diferenças salariais entre sexo, raça, escolaridade e região.

Para *incrementação* da econometria no trabalho, foi utilizado o modelo de regressão intitulado probit, o qual a variável dependente é dicotômica, ou seja, uma dummy, no caso referente ao emprego formal, para as variáveis explicativas foram criadas *dummies* referente ao sexo, raça e região, tendo como objetivo analisar o quanto dessas variáveis explicativas explicam a dependente.

V. EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS ACERCA DA MULHER POBRE E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO ANOS DE 2001 E 2014

² Dado o grande número de observações, utilizou-se ferramentas do excel para se fazer os cálculos e organizar os dados, destacando: somases; mediases. Ademais, ressalta-se que cada observação foi ponderada pelo seu peso amostral.

De acordo com diferentes autores (como BARROS et al, 2001; BAPTISTA, 2000; OMETTO et al, 1999, dentre outros), sempre existiu uma diferença salarial entre homens e mulheres que estão inseridos no mercado de trabalho. No entanto, nos últimos anos a tendência, segundo Serpa (2010), é que esta diferença tenha diminuído, resultado da luta feminina que visa um espaço e o reconhecimento profissional, político e social.

No caso das mulheres, chefes de família e que estão na condição de pobreza, sua presença no mercado de trabalho informal é ainda mais intenso. Os dados da Pnad 2014 inferem que entre todas as mulheres chefes de família do país, 55% estavam no mercado informal, enquanto que dentre as mulheres chefes pobres esse percentual era de 80%. Por isso a importância de se estudar a dinâmica deste segmento (mulheres, chefes de família e pobres) no mercado de trabalho.

Analisando a Tabela 1, cerca de 25% dos domicílios brasileiros, chefiados por homens, recebiam até meio salário mínimo *per capita* em 2001; em contraposição, 23% dos lares chefiados por mulheres encontravam-se na condição de pobreza. Em 2014 a pobreza diminuiu e o percentual de domicílios pobres, chefiados por homens, caiu para 19% enquanto os das mulheres caiu para apenas 21%.

Sendo assim, pode-se inferir que com o decorrer desses anos houve uma feminização da pobreza. Ressalta-se que embora a condição de pobreza tenha diminuído neste intervalo de tempo tanto para o gênero masculino como para o feminino, em 2001 tinha-se um percentual maior para os homens do que para as mulheres, e em 2014 isso se reverteu, sinalizando a feminização da pobreza.

Tabela 1: Homens e Mulheres chefes de domicílios – Brasil – 2001 e 2014

	Homens		Mulheres	
	2001	2014	2001	2014
Perc. receberam menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo <i>per capita</i>	24,64	19,04	22,69	21,38

Fonte: Resultado da Pesquisa

O conceito de “feminização da pobreza” foi introduzido por Diane Pearce em 1978, quando ela adverte que a pobreza estava se tornando um problema feminino, isso porque apesar das mulheres estarem se tornando mais independentes e ingressando no mercado de trabalho, essa independência resultava em um empobrecimento.

É importante o esclarecimento de que esta feminização não implica na prevalência dos níveis de pobreza entre as mulheres ou em lares chefiados por mulheres, mas numa mudança no perfil da

pobreza. Ademais, Costa et al. (2005) se referem ao termo “feminização” como uma dimensão temporal, ou seja, vinculado ao tempo.

Pearce (1978) julga as mudanças na estrutura familiar como o desencadeador da feminização da pobreza. Dado o aumento de divórcios, os domicílios chefiados por mulheres, em sua maioria contam com apenas um provedor de renda, e isso é intensificado pelas desigualdades sofrida pelas mulheres em todos os setores da sociedade. Fuchs (1986) conceitua a feminização da pobreza como um aumento na proporção de mulheres entre os pobres, com base na contraposição entre homens e mulheres.

Em suas análises no Reino Unido, Davies e Joshi (1998) consideraram um grupo de mulheres específico (mulheres adultas e chefes de famílias do sexo feminino) e não constataram uma feminização, porém um sobre-representação dos três grupos, sendo assim, um maior percentual de lares chefiados por mulheres em condições de pobreza do que lares chefiados por homens.

As mudanças no comportamento social, em que as mulheres passaram a acumular funções de provedora e responsável pelo lar, tem provocado um empobrecimento, deteriorando alguns setores (CARLOTO, 2005).

Na Tabela 2 são apresentados os percentuais entre homens e mulheres, com renda de até meio salário mínimo *per capita* e suas respectivas inserções tanto no mercado de trabalho formal como no informal. Nota-se que em 2001, 23% dos homens chefes estavam inseridos no mercado formal, já entre as mulheres esse percentual era de apenas 16%. Em 2014, há um aumento de 9,38 pontos percentuais para homens e somente de 3,99 entre as mulheres.

Tabela 2: Homens e Mulheres, chefe de domicílio, com menos de meio salário mínimo *per capita*, no mercado formal/informal – Brasil – 2001 e 2014

Gênero	Percentual no Mercado Formal		Percentual no Mercado Informal	
	2001	2014	2001	2014
Homens	22,79	32,17	77,21	67,83
Mulheres	15,76	19,75	84,24	80,25

Fonte: Resultado da Pesquisa

Mesmo tendo uma queda no percentual de mulheres inseridas no mercado informal entre 2001 e 2014, essa diminuição não foi tão intensa como a obtida pelos os homens, além do que sua presença neste segmento continua a ser mais intensa do que a dos homens, resultado do fato de que as mulheres enfrentam maiores dificuldades em encontrar empregos formais “flexíveis” e buscam na

informalidade uma forma de suprir as suas necessidades. Amaral (2012) infere que as mulheres são mais vulneráveis que homens pois muitas vezes necessitam de emprego com horários flexíveis para realização de atividades não remuneradas ou para o consumo próprio ou da unidade familiar.

Conforme Segnini (1997), um dos motivos da dificuldade da mulher se inserir no mercado de trabalho formal decorre do fato de enfrentarem uma dupla jornada de trabalho, uma vez que continuam responsável pelas atividades do lar. Muitas mulheres se sentem desconfortáveis por não se dedicarem totalmente ao lar, e entram no mercado informal que pode oferecer maior flexibilidade de horário. Bueno (1999), em seus estudos sobre trabalho e maternidade, afirma que o sentimento de culpa surge quando a mulher tenta conciliar as atividades do lar, educação dos filhos e o trabalho fora de casa.

Uma das dificuldades encontrada pelas mulheres para o ingresso no mercado de trabalho formal se refere a leis que as assistem como licença-maternidade, sofrendo, deste modo, uma discriminação na contratação. Ademais, a informalidade possui vários complicadores, entre eles tem-se a previdência social. Yannoulas (2002) expõe que dada a alta participação das mulheres nos empregos informais e seus baixos salários, resultam conseqüentemente em uma baixa percentagem feminina entre os beneficiários do sistema de previdência.

Tabela 3: Homens e Mulheres, chefe de domicílio, com menos de meio salário mínimo *per capita*, no mercado formal, por raça – Brasil – 2001 e 2014

Gênero	Raça	Percentual no Mercado Formal	
		2001	2014
Homem	Branco	39,05	28,95
	Parda	51,33	57,55
	Preto	9,11	12,96
	Amarelo	0,22	0,09
	Indígena	0,22	0,45
	Outro	0,07	-
Mulher	Branco	41,91	34,20
	Parda	47,18	51,88
	Preto	10,83	13,26
	Amarelo	0,02	0,26
	Indígena	0,06	0,39

Outro

-

-

Fonte: Resultado da Pesquisa

E dentre as mulheres pobres e chefes de família que estão no mercado informal, as que sofrem ainda mais, se inserindo fortemente neste segmento, são as da raça preta. É sabido que no mercado de trabalho brasileiro ocorre uma discriminação com os homens pretos e principalmente com as mulheres pretas. Conforme Soares (2000), estas mulheres sofrem as três etapas de discriminação: setorial, regional e ocupacional, mais do que os homens de sua cor e mulheres brancas ou pardas.

De acordo com Abramo (2006), as diferenças de gênero e raça são a base da desigualdade social no Brasil. Como consequência afetam o mercado de trabalho. Segundo Cambota e Pontes (2007), o grau de desigualdade e a sensibilidade do mercado ao nível de escolaridade são diretamente proporcionais, sendo assim, quanto mais o mercado valoriza a educação, maior é seu impacto sobre o grau de desigualdade, e vice-versa.

No entanto, conforme pode se observar na tabela 4, não se tem essa valorização. Ora, apesar das mulheres possuírem maiores níveis médios de escolaridade do que os homens, isso não reflete no mercado de trabalho, uma vez que, conforme a teoria do capital humano, elas tenderiam a obter os melhores empregos, com remunerações maiores, contudo, contraditoriamente continuam tendo maior peso no mercado informal.

Tabela 4: Homens e Mulheres, chefe de domicílio, com menos de meio salário mínimo *per capita*, no mercado formal/informal, por escolaridade e raça – Brasil – 2001 e 2014

Gênero	Raça	Escolaridade Média – Mercado Formal (anos de estudo)		Escolaridade Média – Mercado Informal (anos de estudo)	
		2001	2014	2001	2014
		Homem	Branco	6,92	8,87
Parda	6,28		8,47	5,35	7,30
Preto	6,06		8,24	5,55	7,20
Amarelo	7,14		11,60	6,82	8,56
Indígena	7,50		8,96	3,80	7,24
Outro	11,50		-	3,00	1,00
	Media				
Mulher	Branco	8,17	10,19	7,05	9,06

Parda	7,35	9,72	6,20	8,12
Preto	6,88	9,76	6,28	8,42
Amarelo	8,00	11,50	6,15	8,97
Indígena	5,90	7,85	5,90	-
Outro	4,50	-	4,50	-
Média				

Fonte: Resultado da Pesquisa

Neto (1997) explicita que a desigualdades regionais foram intensificadas por conta do processo de articulação comercial, a base do mercado interno brasileiro e que se deu com a hegemonia da região Sudeste, induzindo as demais regiões a um ajustamento. Historicamente nas regiões Norte e Nordeste predominam um baixo valor agregado da indústria e isso acarreta em baixo índice de desenvolvimento, além de um menor PIB, e que por sua vez reflete no mercado de trabalho. Sendo assim, nota-se na Tabela 5 que as regiões Norte e Nordeste, apesar da melhora, continuam possuindo menor percentual de homens e mulheres no mercado de trabalho formal.

Tabela 5: Homens e Mulheres, chefe de domicílio, com menos de meio salário mínimo *per capita*, no mercado formal – Regiões Brasileiras – 2001 e 2014

Gênero	Região	Percentual no Mercado Formal	
		2001	2014
Homem	Norte	20,85	23,82
	Nordeste	18,98	29,74
	Sudeste	25,78	37,68
	Sul	29,27	36,67
	Centro	25,54	39,55
	Oeste		
Mulher	Norte	11,42	16,46
	Nordeste	13,26	15,66
	Sudeste	18,57	24,62
	Sul	20,24	26,95

Centro	16,90	26,10
Oeste		

Fonte: Resultado da Pesquisa

A tabela 6 demonstra que um ano mais de idade eleva a probabilidade de inserção no mercado de trabalho formal, assim como ser branco também aumenta essa probabilidade em relação a pessoas de outras raças. No caso das regiões brasileiras, o indivíduo ser da região norte ou nordeste diminui sua chance de se inserir no mercado formal, sendo significativo a 10%. No caso do gênero, com um nível de significativo de 15%, os homens possuem uma maior chance de se inserirem no mercado formal do que as mulheres.

Tabela 6: Resultado Modelo Probit

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão
Constante	-0,56*	0,03
Idade	0,008*	0,00007
Dummy Raça (1 para branco, 0 para não branco)	0,06*	0,019
Dummy Região (1 para Norte/Nordeste, 0 para as demais)	-0,24**	0,018
Dummy Sexo (1 para homem, 0 para mulher)	-0,39***	0,02

Fonte: Resultado da pesquisa

Nota* significativo a 5%; ** significativo a 10%; ***significativo a 15%

VI. Considerações Finais

Nesse artigo, o objetivo foi analisar sobre a inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho entre os anos 2001 e 2014. Através dos dados da PNAD dos respectivos anos, fez-se a análise descritiva e comparativa das diferenças entre os gêneros no mercado formal e informal, a partir de variáveis construídas e consideradas importantes para o mercado de trabalho. Ao analisar as diferenças entre sexo, raça, escolaridade e região, foi possível constatar que a maioria das mulheres pobres estão inseridas em empregos informais, principalmente as mulheres negras e da região Norte e Nordeste

Além disso, as análises em relação ao aumento da chefia domiciliar feminina corroboram com os demais trabalhos da área, ao comprovar que esse fenômeno é acompanhado de um aumento percentual entre as famílias mais pobres, ou seja, está interligado com a “feminização da pobreza”. Uma vez que a condição de gênero, a responsabilidade com os afazeres do lar, cuidados com os filhos sem fácil acesso ao mercado formal e proteções sociais, tornam as mulheres mais vulneráveis e dependentes de benefícios providos pelo Estado.

Sendo assim, as políticas públicas para mulheres na condição de pobreza deveriam oferecer meios para que elas e seus filhos saiam da pobreza, além de se ter um comprometimento com luta contra as desigualdades, analisando e harmonizando, concomitantemente, o conjunto de normativas que são as bases dos direitos das trabalhadoras.

VII. Referências

ABRAMO, Lais. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 58, n. 4, 2006.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro. Editora Rosa dos Tempos. 1997.

AMARAL, G. A. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. **Revista Eletrônica Itinerarius Reflectionis**. Jataí, v. 8, n. 2, 2012.

BAPTISTA, D. B. D. A. **Diferencias de rendimentos e discriminação por sexo no mercado de trabalho brasileiro na década de 90**. ABEP. Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudo Populacionais, 2000.

BARROS, R. et al. **Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Texto para discussão n. 796.

BAYLÃO, A.; SCHITTINO, E. A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro. XI simpósio de excelência em Gestão e tecnologia. **Anais...**, 2014.

BRUSCHINI, C. **Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação**; 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2016.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

BUENO, C. M. L. B. **A mulher e a culpa: relações entre o trabalho e a maternidade (um estudo realizado com as trabalhadoras das indústrias do setor coureiro-calçadista e similares da cidade de Franca)**. II INTERNATIONAL CONGRESS WOMEN, WORK, HEALTH: livro de resumos. 1999, Rio de Janeiro. p. 287 e 288.

CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. Desigualdade de rendimentos por Gênero Intra-ocupações no Brasil, em 2004. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2007.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. Barueri, São Paulo. Editora Manole. 2004.

DAVIES, H.; JOSHI, H. Gender and income inequality in the UK 1968-1990: the feminization of earnings or of poverty? **Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics-in-Society)**, v. 161, n. 1, p. 33-61, 1998.

FERREIRA, J. C. et al. Mulher e o mercado de trabalho: uma revisão sobre os percursos da mulher no mercado de trabalho. **Revista FAEF**. São Paulo, 20ª edição, jun/2013.

FUCHS, V. R. **The Feminization of Poverty? Cambridge: National Bureau of Economic Research**, 1986 (Working Paper, n. 1.934).

HOFFMANN, R; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**. Comunicados do IPEA. n. 58, 2010a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: março de 2017.

NETO, L. G. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento de Políticas Públicas**. Ipea. Brasília, n. 15, 1997.

OMETTO, A. M. H. et al. Participação da Mulher no Mercado de Trabalho: Discriminação em Pernambuco e São Paulo. **Revista Brasileira de Economia**.

PEARCE, D. **The feminization of poverty: women, work and welfare**. Urban and Social Change Review, v. 11, p. 28-36, 1978.

PISCITELLI, Adriana. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 6, n. 2, 1998.

PINHEIRO, L. et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3ª edição. Brasília, IPEA, 2009.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 1995. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em jun 2016.

QUADROS, Waldir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, 2004.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**; 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em fevereiro de 2017.

SEGNINI, L. R. P. **Desemprego e terceirização: trabalho, qualificação e direitos**. Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas. 1997.

SERPA, N. C. A inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: questão de gênero. **Revista Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010

SILVA, M. F. Chefia feminina domiciliar: indicador de maior pobreza das mulheres? **Revista Gênero**. Editora UFF. Niterói, v. 7, n. 1, 2006.

SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Brasília: IPEA, 2000. Texto para discussão n. 769.

YANOULLAS, S. C. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.